

Brasília — A convocação do Conselho de Segurança Nacional para avaliar e servir de pano de fundo ao anúncio do pacote de medidas econômicas de anteontem, pelo Governo, foi um ato claramente político do Presidente da República, que perdeu a confiança no PDS e acha que está sem respaldo no Congresso.

A interpretação do ato do Presidente João Figueiredo foi feita ontem por dois deputados e dois senadores que integram o Diretório Nacional do PDS, um Ministro de Estado e uma qualificada fonte do Palácio do Planalto. Figueiredo, segundo todos eles, viajou a Cleveland sem ter superado o estado de irritação que o domina desde o último domingo.

No domingo, à noite, reunido na Granja do Torto — onde mora com os Ministros Danilo Venturini, Rubem Ludwig e Octávio Medeiros, o Presidente acompanhou a apuração de votos da convenção nacional do PDS e se surpreendeu com o resultado. A chapa dissidente **Participação** conquistou 35,2% dos votos — 42 dos 121 lugares na Executiva do partido.

Foi naquela ocasião que Figueiredo concluiu que perdera o controle sobre o PDS e que seu Governo não tinha mais um suporte confiável no Congresso, admitem as fontes consultadas. O Presidente queixou-se amargamente do seu Partido, conta um Ministro de Estado. Ele comparou o episódio a um outro vivido pelo então Presidente Costa e Silva, em 1968.

Em 1968, de acordo com Figueiredo, o comando da Arena garantiu ao Presidente que o Congresso aprovaria o pedido de licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, que fizera um discurso na Câmara considerado ofensivo às Forças Armadas. O pedido foi negado e o Governo decretou o Ato Institucional nº 5.

Figueiredo, conta o Ministro, argumentou que o voto da oposição pesara, e muito, na negação do pedido de licença — mas que agora, não. Ele fora enganado pelas informações listadas pelo comando do seu partido e traído por uma fatia razoável de líderes políticos que preferiram resolver seus próprios conflitos, eliminando adversários indesejáveis.

A reação do Presidente foi rápida: decretou, segundo o Ministro, que nenhum dissidente eleito para o Diretório Nacional do PDS deveria participar da Executiva do partido. Despachou, na segunda-feira, sem esconder seu mau-humor e só a muito custo, relata um dos seus assessores, aceitou receber os governadores do PDS em audiência.

A face do Governo foi salva pelo Ministro Carlos Átila, porta-voz da Presidência. Ele explicou que os Governadores foram obrigados a esperar Figueiredo por mais de uma hora porque ele estava reunido com alguns Ministros e com o Vice-Presidente Aureliano Chaves, examinando a situação política e econômica do país.

Não foi bem isso — garantem hoje um Ministro, dois senadores e dois deputados. O Presidente, simplesmente, resistiu por mais de uma hora a todos os apelos para que recebesse os governadores. Ele os considerava também culpados pelo resultado da convenção do domingo. A pressão exercida por Ministros e assessores demoveu o Presidente.

Nem por isso subtraiu-lhe o sentimento de estar órfão de Partido, asseguram as fontes. Foi com esse estado de espírito que ele recebera, também na segunda-feira, o Ministro Delfim Neto, recém-chegado de uma misteriosa viagem a Londres. Delfim retornara com más notícias, revela um dos seus assessores.

Ele não encontrara, nos seus contatos, compreensão para a difi-

culdade que o país enfrenta de saldar seus compromissos externos e trouxera, na bagagem, o temor de que algum credor, de uma hora para a outra, declarasse a inadimplência do país. Figueiredo convocou os ministros militares para ouvirem a exposição de Delfim. O pacote começou a ter forma.

Na quarta-feira, o Ministro Muri-lo Macedo, do Trabalho, foi convocado pela manhã ao gabinete do Ministro Leitão de Abreu — e ali, tomou conhecimento do que seria anunciado no dia seguinte.

A tarde, quando Leitão comunicou ao comando do PDS que “algo de importante” seria anunciado à nação nas próximas horas, Macedo, Delfim e um grupo de assessores davam forma final ao decreto-lei que limitou em 80% do INPC os reajustes salariais, de alugueis e de prestação da casa própria.

Ao lado da sala onde se reuniam os ministros, técnicos da missão do FMI trocavam informações com assessores de Delfim, lembra uma fonte do Palácio do Planalto. O PDS, representado pelo Senador José Sarney e pelo Deputado Nelson Marchezan, foi chamado por Leitão para conhecer os termos do pacote às 16h30min da quinta-feira.

Uma reunião de ministros, convocada para às 16h, contudo, alongou-se e atropelou a audiência seguinte. Marchezan e Sarney conheceram as medidas detalhadas pelo comando econômico do Governo quando o Presidente, solene e com o rosto carregado, anunciou-as em nome do Conselho de Segurança Nacional — e por razões de segurança nacional.

Foram essas razões, basicamente elas, que moveram o Presidente na adoção do pacote, sublinham as fontes consultadas. Pouco pesou a situação do PDS na Câmara federal, que só reconquistou uma precária maioria graças ao acordo firmado pelo PTB.

Economia = Brasil